

A ECONOMIA DA DUPLA ARTICULAÇÃO NA PRODUÇÃO DE SENTIDOS

Elizete Inês Paludo (UNIOESTE)
eipaludo@hotmail.com

RESUMO

O presente estudo busca verificar a atuação das variações sógnicas na produção de sentidos. A metodologia de cunho qualitativo forma-se a partir de análise bibliográfica, focando aspectos acerca da origem e uso da linguagem. Definir e classificar significações presentes na comunicação humana fez parte de preocupações constantes ao longo da história e, embora essa temática já tenha sido investigada em vários estudos, a teoria dos signos não se revela uniforme e homogênea nas propostas teóricas de diferentes autores. Sob o respaldo teórico de Epstein (1997), Saussure (2006) e outros estudiosos no assunto, pretende-se investigar sentidos que permeiam as comunicações e suas variedades. Investigar o funcionamento dos mecanismos da dupla articulação (significante e significado) pode ser um dos possíveis caminhos a quem busca melhor compreender a influência dos códigos no funcionamento da linguagem, levando em conta os sentidos assimilados e vivenciados historicamente pela humanidade.

Palavras-chave: Significante. Significado. Comunicação.

1. Introdução

Este artigo faz parte do conjunto de atividades desenvolvidas junto ao Programa de Mestrado em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e traz algumas reflexões sobre o signo linguístico e sua variação na transmissão de sentidos da comunicação humana.

Compreender espécies de signos tem sido uma preocupação constante ao longo da história e, embora vários estudos já tenham abordagens significativas a esse respeito, as teorias dos signos não se apresentam de maneira uniforme e homogênea em propostas teóricas de diferentes autores. Para Marcuschi (2007, p. 32), são indagações que movem investigações dos fenômenos linguísticos na busca de compreender, entre outros aspectos, “como se constitui e caracteriza nossa inserção cognitiva no mundo mediada pela linguagem”.

Há quem diga que o cérebro é uma máquina poderosa, em virtude da sua capacidade de armazenar tantas informações. Sabe-se, no entanto, que o sistema processual da memória humana possui capacidade limitada e costuma selecionar as informações que ficam guardadas, passíveis de constantes modificações. Mas que também podem ser descartadas em ca-

so de algum tempo sem uso, restando as julgadas pertinentes pelo “dono da máquina”, conforme os objetivos que este tem em mente em sua atuação social.

De acordo com Epstein (1997, p. 72), a importância do signo linguístico deve-se à capacidade de transmitir distintas mensagens, mais do que a capacidade sensorial (de discriminar) ou fisiológica (de produzir diversificados estímulos sonoros), ao construir uma codificação ao alcance da memória humana, concentrando milhares de unidades de sentidos diversos. E a economia no trabalho de memorização evidencia a capacidade que o ser humano tem de assimilar e interferir nas vivências históricas da humanidade pelo funcionamento da linguagem. Os jogos linguísticos permeiam o universo social e as simbologias por eles geradas atuam nas camadas mais profundas da mente humana de modo a incitar a ação desejada pelos seus produtores. Assim, o interlocutor desatento pode vir a ter seu potencial submetido às categorias simbólicas que visam o controle das ações humanas, quando estas apelam para a apreensão emocional, inconsciente e arquetípica.

Se imersos nos contextos em que se dá a produção de sentidos, mecanismos da língua dão conta de suprir certas carências no imaginário das pessoas com força para induzir a ações pouco pensadas, são merecedores de maior atenção.

2. *Linguagem, comunicação e variedade*

Estudos realizados acerca do insondável mistério das comunicações, no que diz respeito à origem da linguagem e da consciência humana, apontam para a ideia de que a aptidão comunicativa decorre das necessidades de interação na busca da sobrevivência. Cada ser já nasce dotado de uma capacidade de “aprendizado da espécie”, mas com variedade bastante limitada, que necessita ser desenvolvida e ampliada para que se consiga transmitir mensagens diferentes ou acolher as que venham a atender suas reais necessidades comunicativas.

Segundo Epstein (1997, p. 05), a comunicação é a ação de um organismo quando altera a probabilidade de comportamento em outro organismo, visto que “em certas circunstâncias, determinados animais trocam sons, substâncias químicas ou posturas corporais e, nesses casos, dizemos que eles estão se comunicando”.

Não se pretende aqui assumir toda espécie de comunicação, mas investigar a capacidade inerente ao ser humano de produzir mensagens codificadas e utilizá-las conforme fins determinados.

Nesse sentido, Epstein (1997, p. 09) evidencia a existência da dupla articulação: um dispositivo capaz de acionar falas e pensamentos somado a uma codificação da linguagem verbal. Por um lado, a articulação das linguagens naturais reúne muitas unidades de significados distintos e variáveis (monemas) em algumas dezenas. Por outro, a segunda articulação fixa as várias unidades em sons (fonemas) que, por si só, são destituídos de significado. *É pela junção das duas articulações* (pelos fonemas numa sequência linear de monemas) *que a manifestação signica se constitui*. Esse artifício desenvolvido pelo homem (a economia no trabalho de memorização) consiste na transmissão de mensagens diferentes em grande número, mais do que permite sua capacidade sensorial (de discriminar) ou fisiológica (de produzir estímulos sonoros diferentes). Além de diminuir a lentidão do pensamento, pode ampliar a capacidade mental, pois oportuniza a comunicação pela realização de uma codificação ao alcance da memória humana.

Na busca de definir como a comunicação humana de fato se realiza, diversos estudiosos investigaram a noção de signo, embora com pretensões diferentes. Conforme salientam Brito e Cavalcante (2013, p. 105): “Em Lacan, para provar o caráter científico de seus pressupostos; e, em Saussure, para descrever a língua como sistema”.

Nos estudos saussurianos a língua é entendida de acordo com uma concepção estruturalista em que se concebe que a expressão humana não se dá diretamente do pensamento aos sons, ela é mediada pela língua, que é um sistema de signos. Cada signo é tido como uma entidade psíquica indivisível, composto por dois elementos que entram em ação para a realização do ato comunicativo: o *significado* (conteúdo-conceito-ideia-sentido) e o *significante* (forma linguística na sua realização fonética ou gráfica elemento sensível no plano de expressão-forma gráfica + som determina como a palavra vai a contexto). Mas cada signo reúne outros signos elementares, aceitos na memória perceptiva como um todo: os supersignos. Assim, as frases são supersignos das palavras que as compõem, os grupos sociais são supersignos dos indivíduos que os constituem, os timbres musicais são supersignos dos componentes harmônicos.

Brito e Cavalcante (2013, p. 106) informam que a teoria do signo em Saussure pode ser assim representada: SIGNO = conceito (significa-

do) + imagem acústica (significante). Segundo Epstein (1997, p. 11), os signos com códigos visuais auxiliam no trabalho de memorização mas, ao contrário das línguas naturais, podem possuir as duas articulações, apenas uma, ou nenhuma. São exemplos: numerações das linhas de ônibus, placas de trânsito, luzes para sinalizações etc. Em outras palavras, os signos são entendidos como veículos de comunicação ou como o elo de uma mediação (pelo modo como se organizam em códigos e mensagens), que intervêm no processo semiótico (pelo qual transitam significados e sentidos). Então o signo não é um objeto com propriedades, mas uma relação (algo que se dá por outra coisa e passa a representar outra coisa, após a interpretação de alguém). Os membros de uma comunidade, ao compartilharem as mesmas experiências coletivas, colocam-se de acordo com o sentido que vão atribuir à parte da corrente sonora que emitem ou ouvem. Uma propaganda de cigarro, por exemplo, com o passar dos anos passa a ter conotações simbólicas diferentes.

O que são, no entanto, nossos julgamentos e nossas opiniões sobre os fatos, senão, de algum modo, o que estes fatos significam para nós? [...] A própria produção, circulação e consumo de bens e serviços, a própria “necessidade” destes bens e serviços para além do limite da mera sobrevivência biológica, está vinculada ao que estes bens e serviços “significam” em determinada cultura ou civilização [...] Um signo é signo quando há alguém que possa interpretá-lo como signo de algo [...] O significado é a “outra” face do signo, a face invisível, a “outra coisa” pela qual está o “algo” [...] O significado é então a interpretação desse signo, que, por sua vez, indica um objeto (EPSTEIN, 1997, p. 21).

Bakhtin (2003, p. 98), ao comentar sobre a produção de sentidos, que acaba por interferir nas formas de socialização dos sujeitos, destaca a existência de uma pluridiscursividade (de vozes, de línguas, de discursos) decorrente das contradições ideológicas entre diferentes épocas ou grupos diversos: “falares multiformes” que se entrecruzam, formando novos “falares” socialmente típicos com valores que costumam ter efeito sobre as construções linguísticas.

Os signos, portanto, ao atuarem como construtores de sentidos no imaginário das pessoas, justificando certas ações como racionais, são capazes de ocultar motivações e fatores inconscientes, podendo ser utilizados para desencadear e controlar ações. Outro aspecto importante tem a ver com as variedades comunicativas que, pela língua, transmitem sentidos diversos assimilados e vivenciados ao longo do tempo pelas pessoas. Revela-se a língua capaz de construir os sentidos atribuídos por cada cultura às pessoas por meio da linguagem que exerce poder de se impor na identidade cultural e nas habilidades de formação de pontos de vista ren-

didos muitas vezes não no patamar do dito, mas no espaço do implícito, do recuperável a partir de determinado modo no processo interpretativo. Como é o “contrato social” que funda o convencionalismo do signo, são necessárias atitudes para além do senso comum nas atribuições de sentido ao mundo que implicam em influenciar ou ser influenciado.

3. *Semiologia e linguística*

Desde as origens históricas, até mesmo pela necessidade de sobrevivência, o ser humano costuma socializar informações por meio dos sistemas de comunicação que desenvolve (entenda-se por comunicar, “pôr em comum” e “estudar signos”, entender e interpretar o mundo e os homens). Sem os signos não há como comunicar, pois eles desempenham papel fundamental na comunicação humana. Devido sua importância, fica a semiótica definida como a “ciência dos signos”. Essa ciência fundada por Charles Peirce, a semiótica, pode ser comparada com os estudos de Saussure, apoiados numa semiologia de base semiótica. Para Silva (2011, p. 39), foi a partir das dicotomias de Saussure que surgiram várias correntes linguísticas, seja contrariando-o, seja seguindo-o. Nos dias atuais, os estudos semióticos investigam amplitudes e variedades teóricas da constituição sógnica, um especialista no assunto é Umberto Eco que define o signo como “o elo para algo que se está por outra coisa”.

Essa ciência geral dos signos conta com nomes específicos em suas definições. Entre eles, os termos *semiótica* e *semiologia* se firmaram como as designações mais conhecidas. Outras alternativas terminológicas deixaram de ser utilizadas, como: *sematologia*, *semasiologia* ou *semiologia*. E caiu em desuso um antigo sentido do conceito de semiótica ligado à sinalização militar (comando de manobras militares por meio de sinais). Os termos *semiótica* e *semiologia* têm em suas constituintes iniciais as palavras gregas *seméion* (signo) e *sema* (sinal, signo), o que pode explicar o fato de serem relacionados em pesquisas como sinônimos ou terminologias antagônicas, quando investigados (fundamentação e direcionamento) pela teoria geral dos signos. No entanto, traduzem duas maneiras diferentes de perceber a “ciência dos signos”. Enquanto a ciência *linguística* dedica-se ao estudo da linguagem humana, a *semiologia* tem como preocupação também a linguagem dos animais e de qualquer sistema de comunicação, seja natural ou convencional. Devido a esses aspectos, no momento em que buscam esclarecer a função sógnica, as propostas teóricas de Peirce e Saussure se diferenciam. Por exemplo, ao jus-

tificarem o uso que se faz da palavra pelos diferentes atributos que o referente concentra em relação aos pontos de vista, decorrem diferentes significados. Segundo Epstein (1997, p. 21), na semiologia de raiz saussuriana o signo é algo que “aponta para fora de si”, enquanto as semióticas de influência peirciana optam pela “representação gráfica usual das tríades” (triângulo semiótico).

Saussure não concorda com a necessidade do triângulo porque percebe a relação entre símbolo e referente nas línguas naturais como imotivada ou arbitrária. Mas reconhece a relação direta nos signos analógicos, ou icônicos, ou motivados. O consenso entre Saussure e Peirce se dá na seleção das “teorias da relação “semiótica” entre símbolo e referência (ou significado) e entre signo e a série de seus interpretantes” (ECO, *apud* EPSTEIN, 1997, p. 23).

Para Epstein (1997, p. 26), outra questão problemática é a falta de uniformidade para designar as entidades do triângulo semiótico. Em decorrência disso, surgiram denominações variadas nas análises de diferentes autores, nos apontamentos aos mesmos vértices. Interessa frisar ainda que, para Saussure, o signo é tido como um *objeto com determinadas propriedades* e, para Peirce, como *uma relação ou uma função*. Quanto à intencionalidade, Saussure limita o âmbito da semiologia apenas às instâncias que correspondem aos signos como entidades (regras de comportamento, o alfabeto) usadas de forma consciente e intencional, conforme a finalidade comunicativa. Ao contrário, Peirce entende que o processo semiótico não é apenas intencional e nem os signos são produzidos só artificialmente porque os fenômenos naturais, se codificados culturalmente, podem estar na categoria dos atos semióticos. Hjelmslev reconhece três semióticas: *denotativas* (nos planos da expressão e do conteúdo aliados), *conotativas* (no plano da expressão) e *metassemióticas* (o plano do conteúdo é constituído por outra semiótica). São exemplos da *semiótica denotativa*, as operações de manipulação de um manual de instruções (expressão: termos usados; conteúdo: manipulação); da *semiótica conotativa*, a de corresponder a “manual de instruções” uma nova expressão como, por exemplo, “estilo manual de instruções”; da *metassemiótica*, este próprio artigo sobre signo: algo (expressão) que está por outra coisa (conteúdo).

[...] o futuro sem dúvida pertence a uma linguística da conotação, pois a sociedade desenvolve incessantemente, a partir do sistema do primeiro que lhe fornece a linguagem humana, sistemas de segundos sentidos, e essa elaboração, ora ostentada, ora mascarada, toca muito de perto uma Antropologia Histórica [...] (BARTHES, 1971, *apud* EPSTEIN, 1997, p. 27).

Apesar de todas essas preocupações terem se intensificado por volta do século XX, sabe-se que o estudo dos signos remonta às origens do pensamento filosófico. Desde Platão, Aristóteles e os povos estoicos, procura-se distinguir os signos. Mas é com Santo Agostinho que se faz a união entre teoria dos signos e teoria da linguagem, aparecendo os signos linguísticos como uma espécie entre outras espécies. Ele contempla a dimensão semântico-representativa e indica elementos constitutivos do signo: a palavra, o exprimível, a expressão e a coisa. Nessa via de análise, “um signo é uma coisa que, além da espécie ingerida pelos sentidos, faz vir ao pensamento, por si mesma, qualquer outra coisa”.

Segundo Epstein (1997, p. 30), Santo Agostinho conseguiu fazer a distinção entre signos naturais e artificiais. Por exemplo: a fumaça quando lembra fogo, qualquer expressão da mente traída pela expressão da face, os sintomas de alguma doença, as pegadas de animais por sua passagem, a nuvem ao indicar chuva etc. Nesses casos, certas presenças (significantes) foram ligadas a certas ausências (significados), bem como o inverso. “Observados pelo homem como precedendo, sendo simultâneos ou sucedendo outros fenômenos naturais, tornam-se “signos” (significantes) destes últimos (significados)”. As inferências feitas (não só de modo perceptivo, mas também pela linguagem humana) dão razões para que se torne signo ou se evidencie outro fenômeno natural. Os signos artificiais são as construções teóricas ou conceitos articulados logicamente, postulados pelas teorias científicas. Muitas vezes, ao serem emitidos espontaneamente, são reconhecidos como signos, mesmo que o emissor não tenha expressado a intenção de comunicar. E aí está o caráter ambíguo do signo: podem ser reconhecidos como signos, mesmo sem a vontade do emissor. Quanto à questão da semiose humana que tem o discurso por objeto, esta não se marca de modo individual, porque depende do contrato social firmado entre os interlocutores, é convencional. Posso agir de determinada maneira, em determinada ocasião, por convenções sociais como, por exemplo, sendo solidário a alguém ou não bebendo refrigerante porque faz mal à saúde. Assim, importa o conhecimento das estratégias semióticas capazes de alterar as configurações do processo interpretativo de modo a gerar outras conotações simbólicas nos interlocutores.

Epstein (1997, p. 32) esclarece que esse caráter ambíguo do signo “resulta da dificuldade em rotular uma expressão humana como intencional ou não-intencional”. Isso ainda se complica, se for considerada a dimensão subconsciente da mente humana, descrita por Freud como “atos falhos”. Alguém pode agir, por exemplo, de modo que seu interlocutor

perceba ou não suas intenções comunicativas: “se quero dispensar uma visita que me aborrece, tamborilo com os dedos sobre a escrivaninha, na tentativa de exprimir um comportamento de tensão nervosa”. Os signos podem ter função semântica (sentido literal da mensagem) e/ou estética (sobre código que se impõe). Nas mensagens, essas dimensões coexistem em graus variáveis. Assim, embora ligadas materialmente, duas informações podem obedecer a regras diferentes de estrutura, pois a informação estética não depende da intencionalidade ou da sensibilidade do interpretador da mensagem.

Para Vigotsky (1998), o significado é um ato desencadeado pelo pensamento e uma palavra sem o seu devido significado é algo vazio que quase nada, ou nada importa como elemento de fala.

Bakhtin (2002, p. 31) considera o signo como um elemento de natureza ideológica. Ele chega a afirmar que todo signo é ideológico por natureza. “Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo, [...], tudo que é ideológico é signo. Sem signos não existe ideologia”. Pode-se dizer, segundo o autor, que o signo é carregado de significações ideológicas. Mesmo que se tomem as expressões sígnicas de Hjelmslev e suas significações contextuais para a construção de um signo perfeito, inevitavelmente chega-se ao signo ideológico bakhtiniano, pois todo signo só possui valor em si mesmo se contextualizado.

Nesse viés teórico, um significado pode advir de um artefato produzido pelo homem, de forma convencionada, para servir de propósito em dada comunicação social. Uma tabuleta de trânsito, por exemplo, possui um “significado” convencionado que é remetido a um destinatário e pode ser interpretável no interior do código que constitui a mensagem, produzindo sentidos diversos ou nem tanto, o que cria o “significante”. No entanto, os ícones que representam os signos naturais não possuem a intenção de comunicar algo a alguém. Quando uma nuvem fica escura pode ser um indício de chuva ou onde há fumaça é porque tem fogo, mas falta a convenção que institui a semiose, pois não se faz presente a mente humana num dos polos (remetente da informação). O processo de semiose sígnica é infinito. Pode-se dizer, além dos exemplos citados, que a motivação semiótica ocorre em processo de ordem metafórica ou de ordem metonímica, principalmente: fumaça = parte do fogo; nuvem = chuva; enxurrada = chuva passada. Ou que é de ordem da casualidade dos fenômenos naturais (os índices são signos naturais): índice → nuvem = causa → guarda-chuva; índice → enxurrada = efeito. Os índices estabe-

leem uma relação de semiose (ou não) convencional entre significante e significado, pois é a intervenção humana que vai ditar as formas de lidar com a realidade apresentada. Diante disso, um gato preto pode significar mau presságio, por estar baseado em signos culturais da ação humana. Ou ainda um espelho quebrado (objeto do mundo factual). Cabe lembrar que os “índices” são produzidos sem a intervenção humana, ou seriam signos artificiais. Contudo, os “símbolos” são a representação da parte do todo: conteúdo abstrato com o qual se relaciona. Então, uma balança pode simbolizar a justiça, algo muito mais amplo que o conteúdo abrangido pela balança; uma cruz, que traz noções ligadas ao cristianismo; a bandeira, ao representar o Brasil; a figura de uma caveira com duas túbias pode conotar a ideia de morte; o coração transpassado por uma flecha pode referendar o amor, assim como cores, sons, gravuras, fórmulas, atitudes, modo de se vestir etc. que podem demonstrar a relação parcialmente motivada entre o símbolo e o conteúdo simbolizado, mesmo sendo sinais não sígnicos. A significação, portanto, está fora dos símbolos e dos índices, mas pode ser atribuída e originar outra forma de signo. Não há convenção, mas há uma relação necessária entre a parte que expressa e o conteúdo. Um ícone que representa um fato pode ser o mapa de determinado lugar: similitude visual entre significante e significado. Ou as onomatopeias, elementos icônicos (mais próximos do significado) que marcam a representação sonora: tique-taque do relógio que marca a passagem do tempo; *tchibum* em português ou *splach* em inglês, um corpo ao cair na água. Todavia, é a cultura que marca a convencionalidade do signo, pela vivência no mundo.

Faz-se importante destacar ainda a diferença entre signo linguístico e símbolo: “de um lado, o signo, aquilo que significa, o componente da trama textual, a palavra; de outro, o sentido simbólico que o signo gera ao remeter a elementos extraverbais”. Se relacionados a dado contexto de uso, destacam-se os efeitos de sentido gerados por eles. Observe-se a obra de Graciliano Ramos: “título (signo linguístico): *Vidas secas*; símbolo: aridez, miserabilidade” (PCN, 1999, p. 59).

Daqui em diante enfatizam-se os signos verbais, traduzidos com adequação de signos linguísticos, mesmo que no mundo atual sejam contemplados tanto os signos verbais como os não-verbais.

4. Dicotomia saussuriana

Penetrar no estudo das antinomias contidas na obra póstuma de Saussure, herdada em 1913 e propagada anos mais tarde, é deixar de lado o estudo da linguagem a partir de um ponto de vista histórico e ampliar o horizonte dos estudos linguísticos de um ponto de vista estrutural, na busca de entender a linguagem em sua evolução, num determinado recorte de tempo. A forma encontrada para isso foi ir além do mero estudo dos signos, na busca de compreender algumas dicotomias: signo: significado/significante; arbitrariedade/linearidade; linguagem: língua/fala; sincronia/diacronia; relações associativas/relações sintagmáticas. Contudo, como Saussure costumava destruir seus escritos após expô-los à apreciação de estudiosos da época, as informações que foram capazes de mudar os rumos da investigação linguística são as que foram registradas por discípulos saussurianos. Devido a isso, publicou-se apenas a relação de assuntos linguísticos e filológicos, além de conteúdos coletados entre seus seguidores. Mesmo assim, a obra despertou o interesse de pesquisadores que investigaram no decorrer da história os fenômenos linguísticos. Suas dicotomias foram vistas com tamanha relevância que perpassam o tempo e fundamentam estudos da atualidade. Limita-se aqui, no entanto, à tentativa de esclarecer apenas algumas das dicotomias saussurianas, no que diz respeito ao estudo dos signos linguísticos, por considerar a importância de Saussure ao ter definido o objeto de estudo da linguística moderna. Tomando-se por base as dicotomias, autores formulam outros estudos a partir delas, mas que resvalam novamente nas ideias iniciais, mesmo com denominações diferentes: Louis Hjelmslev (1975) adota os termos “esquema e uso”; Roman Jakobson (1981), opta por “código e mensagem”; Noam Chomsky (1957), usa “competência e performance” (SAUSSURE, 2006, p. 18).

Brito e Cavalcante (2013, p. 111) esclarecem que o signo em Saussure está para além da união entre significante e significado, pois cada elemento ganha “valor no sistema, e interdependência”.

No decorrer de seus estudos, Saussure percebeu a fala como assintemática, heterogênea e concreta enquanto que a língua foi tida por ele como sistemática homogênea, abstrata e, portanto, passível de análise interna. Desse modo, a língua passou a estabelecer uma oposição à fala. Questões relativas à fala ficaram fora dos seus interesses de estudo, pois foram investigadas somente as concepções no âmbito da homogeneidade e do abstrato, sem considerar a exterioridade. Na tentativa de definir como a comunicação de fato se realiza entre as pessoas, Saussure optou por ver a língua de modo estruturalista. Para ele, a expressão humana não se

dá diretamente do pensamento aos sons, mas é mediada pela língua, que é um sistema de signos. Cada signo é uma entidade psíquica indivisível, composta por dois elementos que entram em ação para a realização do ato comunicativo: o significado (conteúdo) e o significante (forma linguística na realização fonética ou gráfica). Saussure compara língua e pensamento a uma folha de papel, sendo que, se um está em cada lado da folha, quando se rasga o papel, os dois lados são afetados. Em outros termos, a língua é o modo de expressar o pensamento, sendo que um não subsiste sem o outro e, por meio dessa relação estabelecida, os signos adquirem seu valor, pois a língua se compõe de uma rede de signos que se relacionam e, assim, significam. O signo é o modo de ver e pensar o mundo, com sua natureza simbólica e referencial. Elementos fictícios, como saci, ganham existência dentro do sistema linguístico porque o que os rege não é o ser em si, mas o valor que lhes foi concedido. Do mesmo modo, pela metáfora do jogo de xadrez, Saussure demonstra o valor que os signos adquirem pela posição que ocupam em relação a outros signos do sistema. Diferente do valor linguístico, a significação refere-se ao sistema interno do signo linguístico, no seu componente conceitual. Surge, então, um paradoxo: o conceito aparece como “a contraparte da imagem auditiva no interior do signo” enquanto o mesmo signo ou “a relação que une seus dois elementos, é também, e de igual modo, a contraparte dos outros signos da língua”. Então o signo é compreendido em via vertical, entre seus componentes (significante e significado) e horizontal, na relação com outros valores semelhantes. Graças a essas relações que assumem diferentes direções, existe significação (SAUSSURE, 2006, p. 133).

Signo: Significado/Significante – O signo linguístico é formado pela união do significante (imagem acústica/forma gráfica + som/apreensão da substância visual ou sonora) com o significado (substância/sentido/conceito ou ideia de algo que se dá por outra coisa). O nome não está diretamente ligado ao que se enuncia, mas o representa por meio do conceito desse objeto que se forma na mente. Em Saussure, o que importa é a ideia concretizada (“casa” remete à ideia de “construções destinadas à habitação” ou seu símbolo); a “contraparte sensível” do signo (a oposição inteligível em relação ao significante). No jogo de xadrez: a dama vale pelo que é, e pelo que é e não é. O que importa é a modelação dos fonemas, como foi convencionado: /p/ata, /b/ata. Linearidade do tempo e arbitrariedade (não lembra o signo, o representa) são traços inanimados do signo.

De acordo com Carvalho (2003, p. 80), o signo saussuriano “é sinônimo de *significado* (plano das ideias), algo como o lado espiritual da palavra, sua contraparte inteligível, em oposição ao *significante* (plano da expressão), que é sua parte sensível”. Assim, a junção do conceito com a ideia mental que se faz de algo (impressão psíquica capaz de criar um mundo autônomo de coisas imaginárias por influência da formação sociocultural) é o que forma a “unidade de sentido” tida como signo. Para Hjelmslev (1975, p. 50), “considerado isoladamente, signo algum tem significação. Toda significação de signo nasce de um contexto”. Barthes (1991, p. 43) descreve o signo como algo que é composto de um significante e de um significado, conforme prenunciou Saussure, e diz que “o plano dos significantes constitui o plano de expressão e o dos significados o plano de conteúdo”. O significado é a representação psíquica de uma “coisa” e não a “coisa” em si. Inicialmente o autor chamou o significado de conceito, pelo reconhecimento do valor psíquico que intrinsecamente carrega e que pode ser lido e segmentado de várias maneiras, conforme as diferenças culturais de cada leitor. Mas para fundamentar sua teoria, se obrigou a retomar Saussure. Os autores concordam que o significante é um elemento mediador que serve para gerar a materialização do objeto, o significado. Do mesmo modo que o significado é o conceito do signo e o significante a sua representação acústica, a significação está no pensamento desencadeado por eles. Todo significante pode pretender algum significado, que não há como constituir com exatidão porque, quando é posto em contexto, outros fatores são preponderantes para a realização da produção de sentidos entre os interlocutores.

Em síntese, o signo é o fio provedor da teia discursiva. Ele se organiza e se relaciona sintaticamente com outros signos na busca das significações semânticas requeridas pelo discurso inicial e vai a contexto permeado de intenções pragmáticas, objetivadas pelo discurso final, pleno e ideológico, o que acaba por unir a substância do signo por meio do significante e do significado. Se o signo é o modo de ver e pensar o mundo, é também a organização do pensamento com sua natureza simbólica e referencial porque o que o rege não é o ser em si, mas o valor de determinada cultura que lhe serve de marca convencional: cada um categoriza algo distinto no conjunto dos signos, por isso não se confundem entre si.

Saussure costumava afirmar que a língua é um conjunto de signos organizados e complexos, os quais devem estar delimitados de tal forma que se distingam como duas realidades linguísticas de valor, mas quem

determina essa escolha é a intenção do enunciador. Os signos carregam consigo nuances de valores. Quando signos como “gostar”, “amar” e “adorar” são colocados em ambientes linguísticos próximos permitem criar efeitos de sentido diversos provocados pelos valores distintos entre eles: gosto de você; simpatizo com você; admiro você. Alguns termos possuem maior intensidade que outros na demonstração de afeto. Importa também a representação do interlocutor, pois os valores podem ser alterados se, por exemplo, a fala for referida a alguém de renome (presidente do país) ou representar uma divindade (Jesus). Nesse caso, os valores se inverteriam e a escolha do signo sobrepujaria os outros signos, de modo a alterar o valor de culto prestado a alguém. Então, mesmo termos sinônimos podem adquirir valores distintos numa relação contextual. Contudo, o signo também representa a impressão psíquica ou imagem mental que constitui o significante, ou seja, essa “unidade de sentido de duas faces” (significante e significado) está inteiramente constituída pelas suas extremidades. O termo “cadeira” não tem o mesmo significado (ou referente) para diferentes pessoas.

Signo é, portanto, a união do sentido com a imagem acústica (não é a coisa). A língua tem um lado individual e um lado social, o signo é o acervo linguístico que incorpora a situação social (imagem acústica/expressão + conceito, ideia/conteúdo).

Sem significante não há significado e sem significado não existe significante. Exemplificando, diríamos que quando um falante de português recebe a impressão psíquica que lhe é transmitida pela imagem acústica ou significante /kaza/, graças à qual se manifesta fonicamente o signo *casa*, essa imagem acústica, de imediato, evoca-lhe psicicamente a ideia de abrigo, de lugar para viver, estudar, fazer suas refeições, descansar etc. Figurativamente, diríamos que o falante associa o significante /kaza/ ao significado *domus* (tomando-se o termo latino como ponto de referência para o conceito) (CARVALHO, 2003, p. 80).

Arbitrariedade/Linearidade – Uma das características do signo linguístico é o seu caráter arbitrário. Representa o fato de um significante (som) estar associado a um significado (conceito). Desse modo, cada língua usa significantes diferentes para um mesmo significado. Outra característica é a linearidade: os componentes que integram um determinado signo apresentam-se um após o outro, tanto na fala como na escrita. Os componentes do signo - o conceito (significado) e a imagem acústica (significante) - é que sofrem uma conexão arbitrária. Para Saussure (2006, p. 83), a palavra arbitrário requer também uma observação. O significante não tem livre escolha no que é dito, por isso é imotivado ou ar-

bitrário em relação ao significado com o qual na realidade não tem laço natural.

Para Benveniste (1995, p. 56), “o que é arbitrário é que um signo, mas não outro, se aplica a determinado elemento da realidade, mas não a outro”, pois Saussure, ao retirar de sua análise o mundo exterior, exclui dela a questão do arbitrário. Assim, a natureza linguística do signo não tem a ver com a realidade, pois não se considera o contexto. O domínio do arbitrário fica assim relegado para fora da compreensão do signo linguístico. Mas quando Saussure refere-se à arbitrariedade do signo, acaba por discutir a significação, não o signo linguístico em si: “o arbitrário só existe em relação com o fenômeno ou o objeto material e não intervém na constituição própria do signo”. Desse modo, mesmo sem o pretender, Saussure incluí a realidade em sua concepção teórica. Saussure (2006, p. 80), deixa claro que o signo é arbitrário em relação à coisa designada, o deslize parece decorrer de uma tentativa de simplificação: “O laço que une o significante ao significado é arbitrário”. Consta também que os componentes do signo devem ser tomados como resultantes da associação entre significante e significado e não como sendo o próprio signo: “esses dois elementos estão intimamente unidos e um reclama o outro”. Benveniste (1995, p. 55) entende que “entre o significante e o significado, o laço não é arbitrário; pelo contrário, é necessário”. Compreende-se, assim, que o destaque dado por Saussure ao signo linguístico está na sua arbitrariedade (o significado não depende da livre escolha de quem fala, logo o significante é imotivado) e que não há motivo para que seja estabelecida uma relação evidente entre o significado e o significante, pois essa associação seria meramente convencional. Saussure reconhece a existência de certos graus de motivação. Conforme as análises de Saussure, *mar* não tem nenhuma relação necessária e “interior” com a sequência de sons, ou imagem acústica, ou significante /mar/. O significado de *mar* poderia ser mostrado por qualquer outro significante. Daí decorrem as diferenças entre as línguas: em inglês é *sea*, em francês é *mer*, em alemão é *see*. Apesar de haver postulado que o signo linguístico é, em sua origem, arbitrário, Saussure propõe a existência de um arbitrário absoluto e de um arbitrário relativo entre significante e significado. O arbitrário absoluto ocorreria na relação *pera/pereira*: *pera*, enquanto palavra primitiva, seria exemplo de arbitrário absoluto (signo imotivado). Por sua vez, *pereira*, forma derivada de *pera*, seria um caso de arbitrário relativo (signo motivado), por sua relação sintagmática *pera* (morfema lexical) + *-eira* (morfema sufixal, com a noção de “árvore”) e sua relação paradigmática estabelecida pela associação de *pereira* a *laranjeira*, *bananeira* etc., pela

significação dos elementos formadores. Assim, o princípio da linearidade aplica-se às unidades do plano da expressão (fonemas, sílabas, palavras), por serem estas emitidas em ordem linear na cadeia da fala, sendo o princípio das relações sintagmáticas.

Língua/Fala – Para Saussure (2006, p. 16) a linguagem tem um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro. Ao mesmo tempo, um sistema estabelecido tem sua evolução como instituição atual e produto do passado. Há coletividade sob a forma de sinais depositados em cada cérebro, mais ou menos como um dicionário, cujos exemplares são todos idênticos, como se fossem repartidos entre os indivíduos. O liame social que constitui a língua não se estabelece de forma completa em ninguém, é na massa que existe de modo completo, pois não há como abarcar a totalidade das imagens verbais armazenadas em todos os indivíduos. Em Saussure (2006, p. 22), mesmo que a língua esteja internamente armazenada, não se pode criá-la nem modificá-la, ela não existe senão em virtude de uma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade, ela é a parte social da linguagem, mas que é exterior ao indivíduo. A fala, pelo contrário, constitui-se de atos linguísticos individuais e ilimitados, de múltiplas e imprevisíveis maneiras, diferente dos fatos linguísticos sociais que formam um sistema por sua própria natureza homogênea.

Sincronia/Diacronia – Sincronia é sinônimo de descrição, de estudo do funcionamento da língua em um dado momento do sistema linguístico, que pode ser tanto no presente quanto no passado: está no eixo das simultaneidades. Ao contrário, diacronia é estudar a língua por meio dos tempos: no eixo das sucessividades. Nesse caso, o linguista estuda a relação entre dado fato e outros que o precederam ou sucederam. Saussure adverte que tais fatos (diacrônicos) não têm relação alguma com os sistemas, apesar de que a língua pode conviver em harmonia com seus condicionamentos diacrônicos. Os estudos diacrônicos dividem-se em história externa (relações existentes entre os fatores socioculturais e a evolução linguística) e história interna (evolução estrutural da língua, como fonologia e morfossintaxe). A língua, para Saussure, é homogênea e está à disposição do falante. A fala é heterogênea e desconexa. Tudo na língua são diferenças e cada signo vale pelo que é e pelo que é e não é. Saussure prioriza o estudo sincrônico por considerá-lo a única e verdadeira realidade palpável da língua que se apresenta à sociedade de forma imediata. Para ele, o falante nativo não tem consciência da sucessão dos fatos da língua no tempo, apenas a usa como veículo de comunicação e

interação social. A relação entre o significante e o significado é arbitrária, continuamente afetada pelo tempo, o que justifica a necessidade de o estudo da língua ser prioritariamente sincrônico. Ilustram o caráter sincrônico as palavras historicamente empregadas com modificações constantes, que podem ser tanto nos atributos quanto nos usos. Romaria, por exemplo, originada com o significado de “peregrinação a Roma para ver o Papa”, é usada nos dias de hoje para designar “peregrinação religiosa em geral”, que podem ser as que se dão direção a Aparecida do Norte ou a qualquer outro lugar.

Como o ato comunicativo decorre ao mesmo tempo de um sistema estabelecido e uma evolução, a comunicação é ao mesmo tempo instituição atual e produto do passado (sincronia e diacronia). Mas Saussure optou por estudar como as línguas se modificam (não desconsiderou a fala, mas estudou a língua), buscando perceber o modo como funcionam, atribuindo maior importância ao estudo sincrônico: ponto de partida para a Linguística Geral e o método estruturalista de análise linguística.

Relações Sintagmáticas/Associativas (ou Paradigmáticas) – As relações associativas vinculam-se à noção de paradigma (numa relação de seleção ou de escolha a ser efetuada), dizem respeito ao processo de leitura e dependem de conhecimento armazenado para o estabelecimento do sentido. No sintagma há a noção de presença. Ambas as relações atravessam a produção de sentidos. Mas, em Saussure, são vinculadas só ao sistema linguístico porque, além de outros fatores desencadeantes, os significados lexicais mudam conforme a ordem gramatical estabelecida. Observe-se o enunciado: os insetos caem na lagoa e os peixes vão comendo. A linguagem conta com dois modos de funcionamento: a combinação (relações sintagmáticas) e a seleção (relações associativas ou paradigmáticas). Ou para dizer que não se saiu bem numa prova, cada pessoa aciona mecanismos linguísticos que sejam capazes de levar a informação requerida do falante. Porém, no uso de termos como “que raiva”, palavras isoladas ou choro, não se pode dizer que o signo linguístico foi consolidado. Ou em um enunciado como “vou ao baile” em que, para compor o sintagma da festa, é preciso realizar uma seleção de escolha (relação sintagmática): seleção de vocábulos apropriados, roupas, etc. E no instante em que a escolha for realizada, quando disser algo no momento da festa, insere-se no eixo paradigmático (relação associativa). Assim é a língua, formada por elementos que se sucedem um após outro linearmente na cadeia da fala e essa relação é chamada de sintagma, composto sempre de duas ou mais unidades consecutivas: re-ler, contra todos, vida

humana, Deus é bom, se fizer bom tempo, sair-emos. Na cadeia sintagmática, um termo adquire valor em virtude do encontro que estabelece com outro termo que o precede ou lhe sucede, ou a ambos, visto que um termo não pode aparecer ao mesmo tempo que outro, em virtude do seu caráter linear. Não se pode pronunciar de forma alterada as sílabas de uma palavra (entre os elementos que a compõem) para que ela constitua o sentido pretendido do falante no plano sintagmático. Mas, no plano paradigmático, a associação pode ser feita ao remeter o objeto a algo externo, como o uso de algum advérbio que indica frio ou calor (termos que não estariam presentes no discurso). Os elementos que se encontram na memória do falante numa série mnemônica virtual funcionam como uma espécie de “banco de reservas” da língua, um conjunto de unidades suscetíveis de aparecer num mesmo contexto. Assim, as unidades do paradigma suscitam a ideia de relação entre unidades alternativas, uma espécie de reserva virtual da língua. Então, as relações paradigmáticas, no plano da expressão, operam com base na similaridade de sons como nas rimas, aliterações, assonâncias. Já, no plano do conteúdo, as relações paradigmáticas baseiam-se na similaridade de sentido, na associação entre o termo presente na frase e a simbologia que ele desperta em nossa mente, como no caso da metáfora: O pavão é um arco-íris de plumas (Rubem Braga) para dizer arco-íris = semicírculo ou arco multicolor. Embora presente no texto em prosa, a metáfora é mais usual na poesia. Já a metonímia, mais comum na prosa, por basear-se numa relação de contiguidade de sentido, atua no eixo sintagmático. Ex.: O autor pela obra: “Gosto de ler Machado de Assis”; a parte pelo todo: “Os desabrigados ficaram sem teto” (= casa); o continente pelo conteúdo: “Tomei um copo de vinho” (o vinho contido no copo).

5. Algumas considerações

Diante das reflexões feitas, concebe-se que toda percepção de mundo é mediada pela linguagem e a língua é a forma mais eficaz de apreender a realidade e estabelecer diferenças entre as coisas presentes nessa mesma realidade, pois constitui-se de um complexo sistema de signos, com capacidade de “categorizar”, interpretar e organizar o mundo. Entretanto, cada língua pode estabelecer as relações entre os signos e seus referentes com certa autonomia. O signo não é a realidade em si, mas um conceito/imagem acústica. Cada língua contém, então, signos diferentes para simbolizar e fazer referências às mesmas coisas. Em outros termos: cada língua possui sua própria arbitrariedade na relação signo/

referente, pois é preciso dos signos para a organização do pensamento com sua natureza simbólica e referencial. Sendo assim, nenhum signo linguístico equivale ou corresponde a algum valor exato, pois valor é o que um signo é em detrimento do que os outros não o são.

Embora a teoria do signo sob a ótica de Saussure possa parecer insuficiente para a análise dos elementos do discurso, ao longo dos tempos revelou aos estudiosos da língua que estes não poderiam, por eles mesmos, responsabilizar-se por uma análise absolutamente perfeita. Saussure, graças aos estudos iniciais do signo linguístico, apontou novos caminhos para a linguística, mesmo com a insuficiência de suas análises.

Vale ressaltar ainda que a escolha do signo linguístico em detrimento dos demais leva em conta sua natureza, por ser o produto de uma associação da mente humana entre um conceito e uma imagem acústica e ter cada objeto representado na linguagem por palavras que representam quem fala e designam as coisas do mundo. Não basta, porém, indagar apenas a diferença de um termo enquanto palavra no papel, sua noção ou significado, pois a representação linguística rumo para além da lexical e envolve as formas semiológicas como um todo: disposição da letra no papel, tamanho, formato, cores, ilustrações, locais, sinais visuais ou sonoros influenciadores da compreensão. Resta a todo estudioso, depois de inúmeras reflexões a esse respeito, lançar-se aos escritos teóricos para que a humanidade possa contar com maior respaldo para prescindir das coisas às quais os signos designam ou referenciar as mesmas coisas que fazem com que se dê conta de explicar a significação linguística diante do processo de construção humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Introdução e tradução: Paulo Bezerra. Prefácio à edição francesa: Tzvetan Todorov. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Coleção Biblioteca Universal).

BARTHES, Roland. *Elementos de semiologia*. São Paulo: Cultrix, 1972.

BENVENISTE, Émile. Natureza do Signo Linguístico. In: *Problemas de linguística geral* I. 4. ed. Trad. Maria da Glória Novak e Maria L. Neri. Campinas: Pontes/Unicamp, 1995.

CARVALHO, Castelar de. *Para compreender Saussure*. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; LIMA, Silvana Maria Calixto de (Orgs.). *Referenciação: teoria e Prática*. São Paulo: Cortez, 2013.

EPSTEIN, Isaac. *O signo*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997.

HJELMSLEV, Louis. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Cognição, linguagem e práticas interacionais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Parâmetros curriculares nacionais do ensino médio*. Área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica/MEC, 1999.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. Organização Charles Bally, Albert Sechehaye, Albert Riedlinger; prefácio da edição brasileira Isaac Nicolau Salum; tradução de Antonio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 27 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVA, Fernando Moreno da. As dicotomias saussureanas e suas implicações sobre os estudos linguísticos. Pós-doutorado em Linguística e Língua Portuguesa (UNESP/Araraquara/Grupo de Estudos sobre Leitura (GELE/CNPq). *Revelli - Revista de Educação, Linguagem e Literatura da UEG*, v. 3, n. 2, Inhumas, GO, 2011.

VIGOTSKY, Lev Semenovitch. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.